



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

## COMISSÃO PERMANENTE DE Constituição, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

### **R**EFERÊNCIA:

PARECER Nº 57

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 106/18** – PREFEITO MUNICIPAL – REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 4258, DE 17 DE DEZEMBRO DE 1982 E A LEI COMPLEMENTAR Nº 198, DE 21 DE DEZEMBRO DE 1992, QUE AUTORIZARAM A DOAÇÃO DE ÁREA À ASSOCIAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DE ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE RIBEIRÃO PRETO.

Este Projeto de Lei Complementar, da lavra do Exmo. Sr. Prefeito Municipal, trata, com **clareza, precisão e lógica**, de único objeto<sup>1</sup> – revoga a lei municipal nº 4.258, de 17 de dezembro de 1982 e a lei complementar nº 198, de 21 de dezembro de 1992, que autorizam a doação de área à Associação de Proprietários de Escritórios de Contabilidade de Ribeirão Preto.

Foi vazado em **correto vernáculo**, contendo os **atributos indispensáveis** a si (inovação, generalidade, abstratividade, Imperatividade e coercibilidade) e as partes **(a) preliminar** (epígrafe e ementa), **(b) normativa** (substantivo da matéria regulada) e **(c) final** (prazo de vigência, havendo revogação expressa e genérica de dispositivos no art. 2º), com 02 (dois) artigos e 06 (seis) laudas, incluindo justificativa<sup>2</sup>.

Enquadra-se na competência do Município para legislar sobre assuntos de interesse local (art. 30, inc. I, da CR), é pertinente à Lei Complementar (inc. VIII, do §1º, do artigo 35, da LOMRP) e de iniciativa exclusiva do Alcaide (art.71, XVIII, “a” da LOMRP).

A matéria não lesa o estatuído no art. 195 da Carta Magna, no art. 24 da Lei de Responsabilidade Fiscal e no art. 25 da Constituição Bandeirante<sup>3</sup>.

Justifica-se no descumprimento, pela cessionária, do disposto na Lei ora em revogação.

Nos termos do Of. Nº 2.825/2.018-CM e aviso de recebimentos acostados, a entidade foi notificada pela Administração Municipal, não se manifestando dentro do prazo determinado.

Em peroração, não é a hipótese de emissão de parecer sobre o mérito por esta Comissão (§ 3º, do art. 72, do RICMRP).

Estão obedecidos, portanto, os critérios de constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, juridicidade e técnica legislativa, e o **PARECER DESTA COMISSÃO É FAVORÁVEL ao projeto de lei complementar em análise**.

<sup>1</sup> Inc. I, do art. 7º, da LC 95/98.

<sup>2</sup> Art. 112 do RICMRP.

<sup>3</sup> TJSP: ADI nº 2083683-08.2017.8.26.0000 e ADI nº 2160527-96.2017.8.26.0000.



# Câmara Municipal de Ribeirão Preto

Estado de São Paulo

pugnando-se que seja aprovado pelo Soberano Plenário desta Casa de Leis  
(art. 36, do RICMRP).

Sala das Comissões, 18 de fevereiro de 2019.



MARINHO SAMPAIO

DADINHO

ISAAC ANTUNES  
Presidente



MAURÍCIO VILA ABRANCHES  
Relator

MAURÍCIO GASPARINI